



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO
2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV:
3 AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.

4 Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e três, realizou-se a reunião ordinária do Conselho
5 Municipal de Saúde, que teve início às 14:55 horas pelo presidente do Conselho, Paulo Roberto
6 Venâncio de Carvalho, com a leitura de pauta: 1 - Informes gerais; 2- Informes da mesa diretora; 3
7 - Apreciação e votação da proposta de ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde,
8 realizada no dia 12/12/2002; 4 - Avaliação dos relatórios de Gestão e Financeiro da Secretaria
9 Municipal de Saúde referente ao ano de 2001; 5 - Resolução sobre o Decreto 4327/02 que fala
10 sobre o atendimento na área de saúde pelas instituições filantrópicas; 6- Assuntos gerais. Em
11 seguida o conselheiro honorário Evaristo Garcia, inicia este ponto da pauta falando sobre a
12 questão da Alca em Minas Gerais, discutida no seminário sobre o “Futuro das Águas”, realizado
13 pela Assembléia Legislativa e sobre o programa de combate à fome do governo Lula lembrando
14 que a solução para esta questão é o maior investimento na previdência social. A conselheira
15 distrital de saúde Brasilina, denuncia que desde 2001 a comunidade vem solicitando a reforma e
16 ampliação da UPA Norte, que está com o atendimento parcialmente paralisado devido as
17 condições físicas da unidade, cobra dos responsáveis uma atitude a este respeito e pede a vista
18 de uma comissão do CMS/BH ao local. O 1º Secretário do Conselho Paulo César Machado
19 Pereira, responde ao questionamento da conselheira, dizendo que as dificuldades em relação aos
20 espaços físicos das unidades, sejam elas na área de urgência ou nos centros de saúde, estão
21 sendo impulsionados e que a Secretaria Municipal de Saúde tem o conhecimento de todos estes
22 problemas sendo a maioria de grande necessidade e espera-se uma breve solução para os
23 mesmos e ainda uma maior participação da comunidade neste sentido para efetivação do controle
24 social. A participante Maria do Carmo, trabalhadora e conselheira local de saúde do Centro de
25 Saúde Venda Nova, também denuncia as más condições de conservação física em que se
26 encontra a referida unidade, que funciona há mais de vinte anos em um imóvel cedido pelo CAC.
27 O presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, comunica que na próxima
28 semana a mesa diretora do Conselho, juntamente com o Secretário Municipal de Saúde, fará uma
29 visita a estas unidades para verificar a real situação em que as mesmas se encontram na tentativa
30 de proporcionar um melhor atendimento à população. O conselheiro municipal de saúde Hervécio
31 Cruz, solicita aos membros do CMS/BH maior seriedade no cumprimento de suas atividades para
32 uma melhor representação desta gestão e apresenta à mesa diretora um documento com
33 propostas sobre o acompanhamento das atividades do Conselho, referente ao conteúdo da linha
34 32 (trinta e dois) constante na ata da reunião ordinária do dia 12/12/2002. “Belo Horizonte,
35 09/01/2003. À mesa diretora do CMS/BH. Prezados Senhores, Uma instituição deve zelar pelo
36 seu nome, principalmente quando, por deliberação do plenário, se compromete a participar de
37 eventos onde outras instituições parceiras, concorrentes ou de outra natureza estejam envolvidas.
38 Isto sob pena de cair no descrédito perante a opinião pública. Proponho que seja feito um
39 Relatório de Atividades nos moldes dos elaborados pelos conselhos fiscais de algumas
40 organizações. Trata-se do FOLLOW-UP (acompanhamento), onde em todas as reuniões são
41 identificados os pontos pendentes e as tarefas agendadas dentro do período. Neste relatório são
42 identificados os responsáveis designados pelo plenário ou pela mesa diretora. É simples e eficaz
43 tendo em vista a identificação dos responsáveis e as conseqüências da participação ou não nos
44 eventos agendados, Sem mais, Hervécio Cruz. Conselheiro representante dos usuários.” O
45 conselheiro Hervécio relembra aos presentes a importância da delegação do CMS/BH, participar
46 da III edição do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul. Em seguida,
47 a conselheira e coordenadora da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização do
48 CMS/BH Rosalina Fernandes, informa aos conselheiros a programação de pautas da citada
49 câmara para o mês de janeiro de 2003, e acrescenta que algumas datas ainda estão em aberto,
50 devido ao período de férias o que dificulta a convocação de algumas gerências da SMSA para
51 discussão dos temas pautados. A conselheira Maria de Lourdes, fala sobre sua preocupação com
52 a entrevista concedida pelo atual ministro da saúde, onde são colocadas questões referentes ao
53 atendimento no Sistema Único de Saúde, sobre a necessidade dos trabalhadores de esforçarem
54 para atender à população de uma forma mais humanizada, aumentando a consciência do usuário
55 em relação aos seus direitos e que atualmente o Ministério da Saúde tem proporcionado recursos
56 para resolver os problemas da saúde. A conselheira fala ainda da necessidade de se discutir de



57 uma forma mais ampliada juntamente com o Conselho Nacional de Saúde este assunto. O
58 presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, propõe encaminhar uma moção ao
59 Conselho Estadual de Saúde, favorável a convocação do Conferência Nacional de Saúde, para a
60 discussão destas questões. O 1º Secretário do CMS/BH Paulo César Machado Pereira, fala que a
61 melhor alternativa para essa discussão seria alertar o Ministério da Saúde a este respeito e que a
62 Conferência Nacional de Saúde, segundo informações oficiais será realizada no segundo
63 semestre deste ano para aprovação do Plano Nacional de Saúde. O conselheiro Sebastião do
64 Carmo, fala sobre a solicitação feita ao Distrito Sanitário Norte pela comunidade para ampliação e
65 reforma do Centro de Saúde Guarani e ressalta a dificuldade para concretização deste projeto.
66 Em seguida, o conselheiro Manoel de Lima expõe as dificuldades vividas atualmente pelos
67 usuários da UPA Barreiro, devido ao espaço físico inadequado da unidade e solicita a visita de
68 uma comissão do CMS/BH ao local. Cumprimenta ainda o conselheiro municipal de saúde e
69 diretor do Hospital Sofia Feldman Ivo de Oliveira Lopes, pelo trabalho realizado no mesmo,
70 observado na visita realizada por membros da CTCA à unidade e parabeniza o Hospital Júlia
71 Kubtschek pelas atividades realizadas na Casa da Criança. O conselheiro João Athayde propõe
72 maior estímulo ao trabalho dos conselhos distritais e das comissões locais de saúde para um
73 acompanhamento mais efetivo das atividades dos centros de saúde, fortalecendo o controle social
74 e ressalta a importância de um orçamento participativo para a saúde. O conselheiro Roberto
75 Francisco, fala sobre a situação em que se encontra a instalação física do Centro de Saúde
76 Venda Nova. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para o
77 próximo ponto de pauta que são os informes da mesa diretora. 1- Acontecerá uma reunião da
78 mesa diretora com os coordenadores das câmaras técnicas do Conselho e com os presidentes
79 dos Conselhos Distritais de Saúde, no dia 13/01/2003 às 14:00 horas para discutir o planejamento
80 de estratégias para 2003; 2 – Informa sobre a III Conferência de Saúde do Hospital Júlia
81 Kubtschek, que será realizada no dia 11/01/2003 de 08 às 18 horas; 3 – Informa sobre a proposta
82 que será apresentada na segunda quinzena de fevereiro de transformação dos conselheiros
83 capacitados no curso de capacitação de conselheiros municipais e estaduais de saúde do
84 Nescon/Ministério da Saúde em capacitadores; 4 – O Cosems está questionando o governo do
85 estado pelo não cumprimento da Emenda Constitucional 29, relativo a uma dívida de
86 aproximadamente R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) acumulados em 2001/2002 para o Fundo
87 Municipal de Saúde de Belo Horizonte. 5 - O presidente do CMS/BH Paulo Roberto, pede aos
88 conselheiros que não se atrasem para as reuniões do plenário, visto que estes atrasos vem
89 impedindo a mesa diretora de iniciar os informes no horário estabelecido, alterando todo o
90 andamento das discussões e que por esse motivo o ponto de pauta que trata da apreciação e
91 votação da proposta de ata da reunião ordinária do dia 12/12/2002, será realizada logo após a
92 discussão da resolução sobre o Decreto 4327/02, em respeito aos convidados presentes. Logo, o
93 presidente do CMS/BH Paulo Roberto, convida o presidente do Conselho Estadual de Assistência
94 Social, Fernando Arães, o representante do Conselho Municipal de Assistência Social José
95 Dantas e o representante da Gerência de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, Geraldo
96 Herculano para comporem a mesa de discussão e dá uma breve explicação a respeito deste
97 decreto. O presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Fernando Arães, diz que no
98 mês de novembro foi efetivada a resolução CEAS 007/02, que trata da inscrição nos conselhos
99 municipal de estadual de assistência social, de entidades filantrópicas. Como na época em que o
100 decreto foi publicado esta resolução já estava pronta, foi solicitada uma posição do Conselho
101 Nacional de Assistência Social a este respeito. No mês de dezembro foi feita uma alteração na
102 resolução, incluindo o novo decreto portanto, à partir deste ano o CEAS irá cumpri-la. Esclarece
103 ainda os impactos e benefícios que este decreto terá nos municípios de Minas Gerais. Em
104 seguida, o presidente do CMS/BH Paulo Roberto, passa a palavra para o representante da
105 Gerência de Regulação da SMSA, Geraldo Herculano, que informa sobre a Portaria nº 2256 que
106 fala dos hospitais que são declarados estratégicos não tendo que comprovar seu percentual de
107 atendimento e cita o nome de algumas destas instituições em BH. O representante do Conselho
108 Municipal de Assistência Social José Dantas, fala que o CMS e o CMAS tem discutido juntos esta
109 questão e o Conselho de Assistência Social se preocupou com este Decreto logo após a
110 solicitação de inscrição feita por três hospitais e lembrou os problemas enfrentados em 2001,
111 quando o Hospital André Luiz não foi inscrito pois o hospital não ofereceu 60% de seu
112 atendimento ao SUS, surgindo então um movimento dos hospitais para a busca deste novo



113 Decreto. O Conselho Municipal de Assistência Social tem o papel de inscrever as instituições
114 como filantrópicas após o atestamento do Conselho Municipal de Saúde se o percentual de
115 atendimentos da instituição foi superior ou não a 60%. A grande preocupação em relação a este
116 Decreto é a possibilidade do aumento da carência da sociedade em relação ao atendimento
117 público de saúde que já é grande com a meta de 60% e pode ser agravada se a instituição tiver a
118 liberdade de atender apenas 20% ao SUS. Lembra ainda que na última reunião entre as mesas
119 diretoras dos Conselhos de Assistência Social e da Saúde, ficou acertado que o CMS/BH faria
120 uma resolução com o respaldo de uma outra resolução do CMAS, baseada no documento da
121 saúde, mesmo com as dificuldades do fato deste Decreto ser federal. Em seguida, o presidente do
122 CMS/BH Paulo Roberto, passa a palavra para o secretário municipal de saúde interino Ivan
123 Batista Coelho que agradece a todos os conselheiros municipais de saúde pelos dois anos de
124 convívio e discussão com conselheiro e informa a todos que está deixando a Secretaria Municipal
125 de Saúde para contribuir em outros níveis do governo. Logo, o presidente do CMS/BH Paulo
126 Roberto abre espaço para as intervenções dos conselheiros e participantes que se posicionaram
127 na seguinte ordem: Sávio (CMAS), Roberto Francisco, Hervécio Cruz, Gilson, João Athayde,
128 Fernando Arães, Sebastião do Carmo, Paulo César, Ivo Lopes e Maria de Lourdes. O presidente
129 do CMS/BH Paulo Roberto, esclarece que o Conselho foi procurado pelo CMAS para discutir o
130 Decreto nº4327 pois, são eles que devem fornecer o atestado após parecer do CMS e que esta
131 não é uma discussão jurídica e sim política e esclarece que este decreto federal foi criado sem
132 consulta ao Conselho Nacional de Saúde. A conselheira Rosalina concorda que deve-se
133 aprofundar mais esta discussão pois, estas porcentagens favorecem umas cidades e outras não,
134 aumentando o número de pacientes que vem do interior do estado a procura de atendimento na
135 capital e concorda que o Conselho Municipal de Saúde deve enviar uma moção ao ministro da
136 saúde solicitando a revogação do Decreto até que se discuta e avalie profundamente o mesmo. O
137 representante do CMAS José Dantas, diz que a posição do Conselho de Assistência é que se
138 faça uma resolução contrária ao Decreto e fala ainda sobre as conseqüências se nada for feito a
139 este respeito. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto, diz que a porcentagem de atendimento ao
140 SUS de 60% é pré-requisito para toda instituição filantrópica e que este decreto pode afetar o
141 trabalho de hospitais filantrópicos sérios. O representante da Gerência de Regulação da SMSA
142 Geraldo Herculano, diz que deve-se fazer uma análise aprofundada e jurídica desta questão. O
143 presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Fernando Arães, explica como se dá
144 tecnicamente a inscrição dos hospitais filantrópicos, acrescentando que uma resolução não pode
145 se sobrepor a um Decreto Federal e o 2º secretário do CMS/BH Cléber das Dores, fala da
146 importância do Conselho nesta discussão. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto propõe como
147 encaminhamento uma moção contrária ao decreto que deverá ser enviada ao Conselho Municipal
148 e Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual e Nacional de Saúde, lembrando ser este
149 uma posicionamento tomado também na XI Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e a
150 formação de uma comissão para redigi-la que será formada pelos conselheiros Dorvalino Soares,
151 Maria de Lourdes e Gilson Silva. Ficou decidido ainda a solicitação de um posicionamento jurídica
152 e técnico da SMSA. Foram colocadas em votação pelo presidente do CMS/BH Paulo Roberto, as
153 seguintes propostas: 1- conselheiros favoráveis a um posicionamento política do CMS/BH,
154 contrários a resolução; 2 – conselheiros contrários a manifestação política. Foi aprovada pelo
155 plenário a primeira proposta, de se fazer uma moção, sendo que dois conselheiros se abstiveram.
156 Em seguida, o presidente do CMS/BH, passa para o próximo ponto da pauta que é a apreciação e
157 votação da proposta de ata da reunião ordinária do dia 12/12/02. A conselheira Ana Maria pede
158 que seja incluído na ata a solicitação de discussão do ato médico na próxima reunião do CMS/BH
159 e o encaminhamento do mesmo às câmaras técnicas. A ata foi aprovada por unanimidade pelo
160 plenário. Em seguida o presidente avança para o próximo ponto da pauta que é a apreciação dos
161 Relatórios de Gestão e Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao ano de 2001. O
162 1º secretário do CMS/BH Paulo César Machado Pereira, fala que será necessária a suspensão
163 deste ponto de pauta pois, a Câmara Técnica de Financiamento já emitiu parecer referente ao
164 relatório financeiro mas, a Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização não
165 apresentou à mesa diretora e ao plenário o seu parecer referente ao relatório de gestão. Portanto,
166 devido a necessidade que o SUS /BH tem de aprovação de suas contas e do seu relatório de
167 gestão, o 1º secretário propõe que este assunto seja ponto prioritário na pauta da próxima reunião
168 do CMS/BH para que a CTCA se empenhe na emissão desse parecer. A conselheira Rosalina,



169 informa que a CTCA já tem parecer sobre o relatório de gestão e que ele apenas não foi votado,
170 sendo várias vezes discutido nas reuniões da citada câmara técnica. Fala ainda que os
171 conselheiros receberam em casa um documento dizendo que aconteceu uma reunião da mesa
172 diretora do CMS/BH com a Secretária Municipal da Coordenação de Política Social Maria José
173 Vieira Féres e que o plenário tinha decidido que a Câmara Técnica de Financiamento participaria
174 desta reunião e em nenhum momento o documento cita a presença da mesma. O presidente do
175 CMS/BH Paulo Roberto, fala que esta discussão deve ser feita nas reuniões da CTCA e o 1º
176 secretário do CMS/BH, fala que tecnicamente não existe esse parecer sobre o relatório de gestão.
177 Em seguida o presidente do CMS/BH Paulo Roberto, passa para o próximo ponto da pauta que
178 são os assuntos gerais e fala que a principal discussão desse ponto será o III Fórum Social
179 Mundial. Ele esclarece sobre as inscrições da delegação do Conselho Municipal de Saúde e como
180 estão sendo realizadas as negociações com a SMSA e a Prefeitura para o levantamento de
181 recursos financeiros e providências quanto ao transporte dos conselheiros. A conselheira Rosalina
182 questiona as críticas feitas pela SMSA no relatório financeiro do 1º Semestre de 2002, referente a
183 não utilização dos recursos destinados ao CMS pois, a Gerência Administrativa Financeira se
184 contradiz ao alegar não existir recursos de financiamento, não só para a viagem à Porto Alegre
185 mas para outras atividades em que o Conselho necessita de dinheiro e que quase sempre não é
186 disponibilizado pela Secretaria. Falaram também os conselheiros: Zenith, Paulo, Cléber, Ana
187 Maria, Dorvalino, Maria Nazária e Gilson. Como a SMSA só poderá financiar a viagem para vinte
188 participante e trinta pessoas fizeram sua inscrição, sendo que dez não são conselheiros
189 municipais de saúde e alguns conselheiros não estavam presentes na última reunião, fica então
190 marcada uma reunião entre os conselheiros que querem participar do Fórum para o dia
191 14/01/2003 às 14:00 horas para discussão desse impasse e por sugestão do 1º secretário do
192 CMS/BH Paulo César Machado Pereira, foi feita uma lista de suplentes para os conselheiros que
193 não se inscreveram na primeira lista. Inscreveram-se as seguintes pessoas: Maria Nazária Souza
194 Arruda, Vânia de Fátima Ferreira, Cléber das Dores de Jesus, Maria das Graças Pereira, José
195 Carlos Machado Silva, Cléa da Mata Carvalho, Terezinha Oliveira Rocha, Iara Fernanda Balbino,
196 Cássia Pereira Teodoro, Zenith Maria dos Santos, Eunice Rocha Sena, Rosemary Baêta e Marta
197 Auxiliadora Ferreira Reis. Estiveram presentes: Ana Maria, Célia de Lélis Moreira, Cléa da Mata
198 Carvalho, Cléber das Dores, Dorvalino Soares Silva, Gilson Silva, Aliete Rangel, João Athayde,
199 Jorge Lúcio, Manoel de Lima, José Laerte, Rosalina Fernandes, Paulo César Machado, Paulo
200 Roberto Carvalho, Rady Eddy, Ricardo Castanheira, Weber Avelar, Romeu Pires, Rubens
201 Barbosa, Hervécio Cruz, Elson Violante, Maria Cristina Ribeiro, Maria Nazária, Geremias de
202 Jesus, Ivo Oliveira, Maria Helena, Luiz Moraes, José Valentim, Maria de Lourdes, Roberto
203 Francisco, Sebastião do Carmo, Silvio Monteiro, Ester Braum, Albertina Alves, Vânia de Fátima,
204 Cristina Ribeiro. Justificou: Elina Santos. Às 18:20 horas, nada mais havendo a tratar, foi
205 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada
206 pelo presidente e secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 09 de Janeiro
207 de 2003. LPM